

# SUMÁRIO

## PARTE I TEORIA COM DICAS PRÁTICAS

<b>1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>21</b>
1.1. Introdução .....	21
1.2. Vigência da Lei nº 11.343/06 .....	22
1.2.1. Retroatividade benéfica .....	22
1.2.2. Combinação de leis para beneficiar o réu .....	22
1.3. Definição de drogas .....	24
1.3.1. Conceito legal .....	24
1.3.2. (In)constitucionalidade do conceito legal de drogas .....	25
1.3.3. Irretroatividade da norma complementar .....	26
1.4. Proibição geral às drogas e exceções .....	26
<b>2. DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS .....</b>	<b>29</b>
2.1. Finalidades .....	29
2.2. Princípios .....	29
2.3. Objetivos .....	30
2.4. Organização .....	30
2.5. Da formulação das políticas sobre drogas .....	31
2.5.1. Do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas .....	31
2.5.2. Dos conselhos de políticas sobre drogas .....	32
2.6. Do acompanhamento e da avaliação das políticas sobre drogas .....	32
<b>3. DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS .....</b>	<b>33</b>
3.1. Da prevenção .....	33
3.1.1. Das diretrizes .....	33
3.1.2. Da Semana Nacional de Políticas sobre Drogas .....	34
3.2. Das atividades de prevenção, tratamento, acolhimento e de reinserção social e econômica de usuários ou dependentes de drogas .....	35
3.2.1. Da educação na reinserção social e econômica .....	36
3.2.2. Do tratamento do usuário ou dependente de drogas .....	36
3.2.2.1. Da internação .....	36
3.2.3. Do plano individual de atendimento .....	37
3.2.4. Do acolhimento em comunidade terapêutica acolhedora .....	39
3.3. Dos crimes e das penas .....	40
3.3.1. Introdução .....	40

3.3.2. Porte de drogas para consumo pessoal .....	40
3.3.2.1. Tipificação legal .....	40
3.3.2.2. Natureza jurídica.....	43
3.3.2.3. Bem jurídico.....	44
3.3.2.4. Sujeitos do crime.....	45
3.3.2.5. Ação penal.....	45
3.3.2.6. Reincidência.....	45
3.3.2.7. Princípio da insignificância.....	47
3.3.2.8. Da inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas .....	48
3.3.2.9. Critérios legais para determinar se a droga é para consumo pessoal .....	49
3.3.2.10. Ônus da prova .....	51
3.3.2.11. Posse de drogas ilícitas nas dependências de administração militar .....	51
3.3.3. Cultivo de drogas para consumo pessoal .....	53
3.3.3.1. Tipificação legal .....	53
3.3.4. Das penas .....	55
3.3.4.1. Das possíveis penas .....	55
3.3.4.2. Advertência .....	56
3.3.4.3. Prestação de serviços à comunidade .....	57
3.3.4.4. Consequências do descumprimento da pena.....	58
3.3.4.5. Tratamento especializado.....	59
3.3.4.6. Retroatividade benéfica .....	60
3.3.4.7. Crimes de menor potencial ofensivo .....	60
3.3.4.8. Competência do Jecrim .....	60
3.3.4.9. Momento processual para aplicação da pena .....	61
3.3.4.10. Prazo máximo das penas .....	62
3.3.4.11. Prescrição.....	63
3.3.4.12. Cabimento de <i>habeas corpus</i> .....	64
<b>4. DA REPRESSÃO À PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS .....</b>	<b>65</b>
4.1. Disposições gerais .....	65
4.1.1. Da destruição de plantações ilícitas.....	65
4.1.2. Expropriação de glebas cultivadas com plantações ilícitas .....	66
4.2. Dos crimes .....	67
4.2.1. Tráfico de drogas (art. 33, <i>caput</i> ) .....	68
4.2.1.1. Tipificação legal .....	68
4.2.1.2. Bem jurídico.....	70
4.2.1.3. Sujeitos .....	70
4.2.1.4. Prova pericial .....	71
4.2.1.5. Princípio da insignificância.....	72
4.2.1.6. Crime permanente .....	73
4.2.1.7. Sanção penal.....	76
4.2.2. Tráfico de matéria-prima, insumos ou produtos químicos destinados à preparação de drogas (art. 33, § 1º, inc. I).....	77
4.2.2.1. Tipificação legal .....	77
4.2.2.2. Bem jurídico.....	78
4.2.2.3. Sujeitos .....	79

4.2.2.4.	Prova pericial .....	79
4.2.2.5.	Sementes de plantas destinadas à preparação de droga .....	79
4.2.2.6.	Princípio da insignificância.....	80
4.2.2.7.	Sanção penal.....	80
4.2.3.	Cultivo de plantas para o tráfico de drogas (art. 33, § 1º, inc. II) .....	81
4.2.3.1.	Tipificação legal .....	81
4.2.3.2.	Bem jurídico.....	82
4.2.3.3.	Sujeitos .....	82
4.2.3.4.	Prova pericial .....	82
4.2.3.5.	Sanção penal.....	82
4.2.4.	Utilização de local para fins de tráfico de drogas (art. 33, § 1º, inc. III) .....	82
4.2.4.1.	Tipificação legal .....	82
4.2.4.2.	Bem jurídico.....	83
4.2.4.3.	Sujeitos .....	83
4.2.4.4.	Sanção penal.....	83
4.2.5.	Venda ou entrega de drogas, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas a agente policial disfarçado (art. 33, § 1º, inc. IV).....	84
4.2.5.1.	Tipificação legal .....	84
4.2.5.2.	Bem jurídico.....	85
4.2.5.3.	Sujeitos .....	86
4.2.5.4.	Sanção penal.....	86
4.2.6.	Participação no uso indevido de drogas (art. 33, § 2º) .....	86
4.2.6.1.	Tipificação legal .....	86
4.2.6.2.	Movimento da “marcha da maconha” .....	87
4.2.6.3.	Bem jurídico.....	88
4.2.6.4.	Sujeitos .....	88
4.2.6.5.	Sanção penal.....	88
4.2.7.	Cessão gratuita e eventual de drogas para consumo compartilhado (art. 33, § 3º).....	88
4.2.7.1.	Tipificação legal .....	88
4.2.7.2.	Sanção penal.....	91
4.2.8.	Tráfico privilegiado – causa de diminuição de pena (art. 33, § 4º) .....	91
4.2.8.1.	Tipificação legal .....	91
4.2.8.2.	Crime comum.....	97
4.2.8.3.	Substituição por penas restritivas de direitos .....	98
4.2.9.	Tráfico de maquinários para fabricação de drogas (art. 34) .....	100
4.2.9.1.	Tipificação legal .....	100
4.2.9.2.	Bem jurídico.....	102
4.2.9.3.	Objeto material .....	102
4.2.9.4.	Prova pericial .....	103
4.2.9.5.	Incidência da causa de diminuição de pena (art. 33, § 4º).....	103
4.2.9.6.	Sanção penal.....	103
4.2.10.	Associação para fins de tráfico e associação para financiamento ou custeio ao tráfico (art. 35).....	104
4.2.10.1.	Tipificação legal .....	104
4.2.10.2.	Bem jurídico.....	107
4.2.10.3.	Sujeitos .....	107
4.2.10.4.	Sanção penal.....	107

4.2.11. Financiamento ou custeio ao tráfico de drogas (art. 36) .....	107
4.2.11.1. Tipificação legal .....	107
4.2.11.2. Bem jurídico.....	109
4.2.11.3. Sujeitos .....	109
4.2.11.4. Sanção penal.....	109
4.2.12. Colaboração como informante (art. 37) .....	109
4.2.12.1. Tipificação legal .....	109
4.2.12.2. Bem jurídico.....	111
4.2.12.3. Sujeitos .....	111
4.2.12.4. Sanção penal.....	111
4.2.13. Prescrição ou ministração culposa de drogas (art. 38) .....	112
4.2.13.1. Tipificação legal .....	112
4.2.13.2. Bem jurídico.....	112
4.2.13.3. Sujeitos .....	112
4.2.13.4. Sanção penal.....	113
4.2.14. Condução de embarcação ou aeronave sob a influência de drogas (art. 39)....	114
4.2.14.1. Tipificação legal .....	114
4.2.14.2. Bem jurídico.....	114
4.2.14.3. Sujeitos .....	114
4.2.14.4. Sanção penal.....	114
4.3. Das causas de aumento de pena .....	115
4.3.1. Hipóteses legais .....	115
4.3.2. Pluralidade de causas de aumento.....	116
4.3.3. Transnacionalidade do delito .....	118
4.3.4. Abuso de função pública, missão educação, poder familiar, guarda ou vigilância .....	119
4.3.5. Dependências ou imediações de locais onde haja facilidade de disseminação do consumo de drogas em virtude da maior concentração de pessoas .....	119
4.3.6. Execução do crime com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva.....	125
4.3.7. Tráfico entre os estados da federação ou entre estes e o Distrito Federal .....	126
4.3.8. Envolvimento de criança ou adolescente ou de quem tenha diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação.....	127
4.3.9. Financiamento ou custeio da prática do crime.....	128
4.4. Da colaboração premiada.....	128
4.4.1. Previsão legal.....	128
4.4.2. Colaboração premiada e delação premiada .....	130
4.4.3. Colaboração premiada e confissão espontânea.....	130
4.4.4. Valor probatório.....	131
4.4.5. Colaboração premiada e acordo de colaboração premiada .....	135
4.5. Da fixação da pena privativa de liberdade .....	137
4.5.1. Primeira fase.....	138
4.5.2. Segunda fase.....	143
4.5.3. Terceira fase.....	151
4.5.4. Fixação do regime inicial de cumprimento de pena .....	153
4.5.4.1. Dos regimes prisionais.....	153
4.5.4.2. Regime fechado.....	153
4.5.4.3. Regime semiaberto.....	154

4.5.4.4.	Regime aberto .....	156
4.5.4.5.	Regime inicial dos crimes hediondos e equiparados .....	158
4.5.4.6	Regime inicial do tráfico privilegiado.....	160
4.5.5.	Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos .....	166
4.5.5.1.	Requisitos.....	166
4.5.5.2.	Da prestação pecuniária .....	166
4.5.5.3.	Da perda de bens e valores.....	166
4.5.5.4.	Da limitação de fim de semana .....	167
4.5.5.5.	Da prestação de serviços à comunidade .....	167
4.5.5.6.	Da interdição temporária de direitos.....	168
4.5.5.7.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade .....	168
4.6.	Da fixação da pena de multa .....	173
4.6.1	Critério legal.....	173
4.6.2	A pena de multa e a extinção da punibilidade.....	173
4.7.	Das vedações .....	175
4.7.1.	Introdução .....	175
4.7.2.	Fiança e liberdade provisória.....	176
4.7.3.	Graça, anistia e indulto .....	178
4.7.3.1.	Anistia.....	179
4.7.3.2.	Graça .....	179
4.7.3.3.	Indulto .....	180
4.7.4.	Penas restritivas de direitos.....	180
4.7.5.	“Sursis” .....	181
4.8.	Da progressão de regime.....	182
4.8.1.	Introdução.....	182
4.8.2.	Progressão de regime nos crimes comuns antes da Lei nº 13.964/19 .....	184
4.8.3.	Progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados antes da Lei nº 11.464/07 .....	188
4.8.4.	Progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados antes da Lei nº 13.964/19 .....	189
4.8.5.	Progressão especial .....	190
4.8.6.	Quadro comparativo dos requisitos objetivos da progressão antes da Lei nº 13.964/19 .....	193
4.8.7.	Progressão após a vigência da Lei nº 13.964/19 .....	194
4.8.8.	Progressão de regime para condenados por crimes com diversas frações .....	198
4.8.9.	Data-base para progressão ao regime aberto .....	198
4.8.10.	Prazo para condenações superiores a 40 anos .....	199
4.8.11.	A falta disciplinar grave e seus reflexos na progressão .....	200
4.8.12.	Custódia cautelar como marco inicial para progressão de regime .....	201
4.8.13.	Pagamento da multa penal como condição da progressão .....	202
4.8.14.	Progressão de regime e preso estrangeiro .....	203
4.8.15.	Progressão de regime e cumprimento de pena em penitenciária federal de segurança máxima .....	204
4.9.	Do livramento condicional .....	205
4.9.1.	Introdução .....	205
4.9.2.	O livramento condicional na Lei de Drogas.....	205
4.9.2.1.	Requisitos.....	205
4.9.2.2.	Livramento condicional e associação para fins de tráfico .....	209

4.9.2.3. Livramento condicional para os crimes dos artigos 33, § 2º, 3º, 4º, 38 e 39 da Lei de Drogas.....	209
4.9.2.4. Prazo para condenações superiores a 40 anos.....	211
4.10. Da imputabilidade .....	212
4.10.1. Requisitos legais .....	212
4.10.2. Procedimento .....	212
4.11. Do procedimento penal.....	214
4.11.1. Dois possíveis ritos processuais .....	214
4.11.2. Do rito sumaríssimo da Lei nº 9.099/95 .....	215
4.11.2.1. Introdução .....	215
4.11.2.2. Flagrante e termo circunstanciado.....	216
4.11.2.3. Medidas cautelares diversas da prisão .....	217
4.11.2.4. Composição civil e transação penal.....	217
4.11.2.5. Oferecimento de denúncia.....	222
4.11.2.6. Citação.....	222
4.11.2.7. Audiência de instrução e julgamento .....	223
4.11.2.8. Dos recursos.....	223
4.11.2.9. Resumo do rito .....	225
4.11.3. Rito da Lei de Drogas .....	225
4.11.3.1. Da prisão em flagrante .....	225
4.11.3.2. Flagrante preparado .....	228
4.11.3.3. Flagrante esperado.....	229
4.11.3.4. Da destruição das drogas .....	230
4.11.3.5. Análise judicial do auto de prisão em flagrante .....	230
4.11.3.6. Competência .....	239
4.11.3.7. Audiência de custódia.....	244
4.11.3.8. Conclusão do inquérito policial.....	250
4.11.3.9. Agente infiltrado .....	253
4.11.3.10. Ação controlada .....	254
4.11.3.11. Medidas protetivas da Lei de Proteção às Testemunhas.....	255
4.11.3.12. Manifestação do Ministério Público .....	256
4.11.3.13. Arquivamento do inquérito policial .....	257
4.11.3.14. Acordo de não persecução penal.....	258
4.11.3.15. Notificação do acusado para apresentação de defesa preliminar .	263
4.11.3.16. Diligências antes do juízo de admissibilidade da denúncia.....	266
4.11.3.17. Rejeição da denúncia .....	266
4.11.3.18. Absolvição sumária .....	266
4.11.3.19. Recebimento da denúncia .....	267
4.11.3.20. Citação do réu .....	269
4.11.3.21. Suspensão condicional do processo .....	269
4.11.3.22. Audiência de instrução .....	275
4.11.3.23. Recolhimento à prisão para apelar .....	281
4.11.3.24. Resumo do rito.....	281
4.12. Da apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado.....	282
4.12.1. Da apreensão de bens.....	282
4.12.2. Da alienação de bens.....	283
4.12.3. Do uso provisório dos bens.....	284
4.12.4. Destinação final dos bens .....	285

<b>5. DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....</b>	<b>289</b>
---	------------

**PARTE II**  
**MODELOS DE PETIÇÕES**

<b>1. ALEGAÇÕES FINAIS ESCRITAS .....</b>	<b>293</b>
1.1. Absolvição – Tráfico e Associação – Dosimetria penal .....	293
1.2. Absolvição – Tráfico Privilegiado – Dosimetria penal .....	299
<b>2. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL .....</b>	<b>305</b>
2.1. Retificação do cálculo – retroatividade da Lei nº 13.964/19 .....	305
<b>3. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL .....</b>	<b>309</b>
3.1. TRÁFICO PRIVILEGIADO E REGIME INICIAL.....	309
<b>4. APELAÇÃO.....</b>	<b>313</b>
4.1. ABSOLVIÇÃO – DESCLASSIFICAÇÃO PARA ART. 28 – DOSIMETRIA DE PENA – REGIME PRISIONAL .....	313
4.2. Absolvição – Dosimetria de pena – Regime inicial.....	321
4.3. Desclassificação para art. 28 – dosimetria de pena – regime inicial .....	329
<b>5. CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO .....</b>	<b>335</b>
5.1. ASSOCIAÇÃO PARA FINS DE TRÁFICO.....	335
<b>6. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....</b>	<b>339</b>
6.1. Acórdão omissivo quanto a tese de tráfico privilegiado.....	339
<b>7. HABEAS CORPUS .....</b>	<b>341</b>
7.1. STJ – Dosimetria penal – Tráfico privilegiado – Regime inicial.....	341
7.2. STJ – Erro no cálculo das frações do tráfico privilegiado .....	348
7.3. TJ – Direito de recorrer em liberdade .....	352
7.4. TJ – Regime fechado sem fundamentação .....	356
7.5. TJ – Relaxamento flagrante (atipicidade) e liberdade provisória .....	360
7.6. TJ – Relaxamento flagrante (invasão domicílio) e liberdade provisória.....	363
<b>8. MANIFESTAÇÕES ORAIS.....</b>	<b>369</b>
8.1. Audiência de custódia .....	369
8.1.1. Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória 1 .....	369
8.1.2. Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória 2 .....	370
8.1.3. Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória 3 .....	370
8.2. Audiência de instrução – debate.....	371
8.2.1. Absolvição por falta de provas e dosimetria penal.....	371
8.2.2. Nulidade por invasão de domicílio – Desclassificação para porte – Dosimetria penal.....	372
<b>9. PETIÇÕES DIVERSAS .....</b>	<b>375</b>
9.1 Aplicação do HC 596.603 do STJ – regime fechado em tráfico privilegiado.....	375
9.2 Impugnação ao cálculo de penas - tráfico privilegiado é crime comum .....	380
9.3. Juntada de comprovante de pagamento de fiança .....	381
9.4. Juntada de procuração.....	382

9.5. Pedido de expedição de guia de recolhimento .....	383
9.6. Pedido de livramento condicional .....	384
9.7. Pedido de progressão de regime prisional .....	385
9.8. Pedido de retificação de cálculo de penas .....	386
9.9. Pedido de revogação de preventiva .....	388
9.10. Renúncia de mandato .....	389
<b>10. RECLAMAÇÃO .....</b>	<b>391</b>
10.1. Descumprimento do HC nº 596.603 do Superior Tribunal de Justiça .....	391
<b>11. RECURSO ESPECIAL .....</b>	<b>397</b>
11.1. Tráfico privilegiado e regime inicial.....	397
<b>12. RESPOSTA PRELIMINAR.....</b>	<b>403</b>
12.1. Falta de justa causa e especificação de provas.....	403
<b>13. RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA.....</b>	<b>405</b>
13.1. Restituição de aparelho de telefonia celular .....	405
<b>14. REVISÃO CRIMINAL.....</b>	<b>407</b>
14.1. Erro na dosimetria da pena .....	407
14.2. Atipicidade do artigo 34 da LD e erro na dosimetria da pena .....	412